

Participe deste Fórum com seus comentários e trabalhos que possam ser incluídos no nosso “site” (www.ccseerj.org.br), na página correspondente a **PARTICIPE**. Sua participação é importante para o fortalecimento do Centro Cultural e nos ajudará a fazer um trabalho melhor.

Acompanhei pela televisão dezenas de reportagens, entrevistas e debates sobre os desastres naturais ocorridos na cidade e municípios que compõem a grande São Paulo nos dias de janeiro e fevereiro.

Confesso que me surpreendi com a quantidade de problemas gerados para uma parte imensa da população da maior metrópole brasileira e, também, com as críticas feitas por engenheiros, professores e antigos gestores estaduais e municipais, especialmente quanto ao saneamento e obras realizadas na região: aprofundamento da calha do Rio Tietê, piscinões, canalização de rios, córregos e valas de drenagem, controle das vazões nos quatro grandes reservatórios que abastecem a região metropolitana, etc., e por isso mesmo penso quão oportuno é o artigo de autoria de Elio Gaspari, em O Globo de 17 de fevereiro passado (pág. 7).

Em seus comentários o articulista trata de uma **pseudo** carta psicografada de um ex-ministro Francês e endereçada ao governador, se referindo a uma enchente ocorrida em Paris em janeiro de 1910. Nesse artigo duas referências me chamaram atenção:

- a primeira, quando comenta afirmações de administradores sobre “*a culpa dos cidadãos por morar em localidades de ocupação irregular*” (*grifo meu*) afirmando, muito justamente, que não se pode chamar de irregular a ocupação de áreas onde existem edificações com mais de dez anos, pretendendo esconder responsabilidades dos gestores, atuais ou anteriores, que permitiram tal estado de coisas.

Considero ser semelhante culpar a falta de habite-se ou de ART a um desmoronamento ou a um incêndio em um prédio qualquer, como se a existência desses documentos fosse atestado de competência dos causadores dos acidentes.

- a segunda, quando propõe o mapeamento detalhado das cidades identificando as áreas de riscos de inundações e a sua colocação à disposição do povo, entre outras sugestões não menos importantes. O sucesso das ações da Geo Rio se deve, em grande parte, a essa providência feita a partir dos primeiros laudos de vistoria, em 1966, quando se desenhou o primeiro mapa geotécnico do então Estado da Guanabara.

A nossa cidade e o nosso Estado do Rio de Janeiro, ainda que disponham de alguns documentos de mesma envergadura, também necessitam uma atualização como avaliação da situação das caixas de contenção semelhantes às da Praça Del Vecchio, sopé do morro do Querosene, cabeceira do Rio Papa Couve e barragem na cabeceira do Rio Jacaré, entre outras e, acima de tudo, reativar os estudos do Túnel Extravisor, o que poderia diminuir riscos de inundações nas áreas adjacentes ao canal do Mangue.

Quanto ao Estado, é importante mapear e divulgar as áreas sujeitas a inundações nas margens dos rios Iguaçu, Sarapuí, Guapimirim, Macacú, Cassiribú, Ururaí, Macabú, Muriaé e tantos outros e que para isto,

talvez o melhor instrumento seria a reativação da Revista de Engenharia do Estado da Guanabara, que foi precedida pela Revista Municipal de Engenharia.

Estes documentos foram, na época, elementos preciosos de informação para estudantes, profissionais de diversas áreas e para todos aqueles que tiveram acesso.

Os mais antigos devem estar lembrados do trabalho feito por Dr. Ulisses Alcântara para a Revista de Engenharia Sanitária, quando sistematizou o cálculo das vazões em galerias de águas pluviais a partir das fórmulas de cálculo da intensidade, duração e frequência das chuvas em diversas áreas da cidade e que, durante décadas, não foi superado. Poderíamos citar tantos outros artigos e trabalhos técnicos publicados nessas revistas.

Ronald Young